

O PROCESSO DE [RE]OCUPAÇÃO DA TERRA EM APUCARANA, NORTE DO PARANÁ: DA COLONIZAÇÃO “MODERNA” ÀS VILAS RURAIS

THE LAND REOCUPATION PROCESS IN APUCARANA, NORTHERN PARANÁ: FROM MODERN COLONIZATION TO RURAL VILLAGES

Maurílio Rompato¹

Endereço profissional: Av. Gabriel Esperidião, S/N -Jd. Morumbi, Paranavaí -PR, 87703-000.

E-mail: mrompato@gmail.com

Resumo: Com o presente artigo, temos por objetivo discutir a história da “[re]ocupação” da terra em Apucarana, no Norte do Paraná, desde a colonização “moderna”, iniciada na década de 1920 pelo Estado e por companhias de terras, à implantação das vilas rurais pelo governador do Paraná, Jaime Lerner, no período de 1995 a 2002. Entre as publicações sobre a história da região, destaca-se o livro “Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná” publicado em 1975 e reeditado em 1977 pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP através da editora Ave Maria de São Paulo. Com esse livro, a Companhia Melhoramentos, a antiga CTNP, construiu alguns mitos acerca de sua colonização na região, dentre os quais o de que seu projeto imobiliário, ao priorizar o loteamento e venda das terras na forma da pequena propriedade, realizou uma espécie de “reforma agrária” na região. Porém, constatamos, no decorrer deste artigo, que o mito da “reforma agrária” não foi discurso apenas da CMNP, uma vez que na época em que foi governador do Paraná por dois mandatos (1995-1998/1998-2002), Jaime Lerner adotou um discurso semelhante ao implantar o projeto das vilas rurais em todo o Estado. O projeto implantou 412 vilas rurais em 273

Abstract: With this article, we aim to discuss the history of the “[re] occupation” of land in Apucarana, in the north of Paraná, from the “modern” colonization, initiated in the 1920s by the State and by land companies, to the implantation rural villages by the governor of Paraná, Jaime Lerner, from 1995 to 2002. Among the publications on the history of the region, the book “Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná” stands out, published in 1975 and reissued in 1977 by “Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP” through the publisher Ave Maria de São Paulo. With this book, “Companhia Melhoramentos”, the former “CTNP”, built some myths about its colonization in the region, among which was that its real estate project, by prioritizing the allotment and sale of land in the form of small property, carried out a kind of “Agrarian reform” in the region. However, we found, in the course of this article, that the myth of “agrarian reform” was not just a speech by the CMNP, since at the time when he was governor of Paraná for two terms (1995-1998 / 1998-2002), Jaime Lerner adopted a similar discourse when implementing the rural villages project across the state. The Project implanted 412 rural villages in 273 of the 399 municipalities in the State, with around 80 thousand people or 16 thousand

1 - Doutor em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp, Campus de Assis (2004) e professor de História na Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Campus de Paranavaí. Contato: mrompato@gmail.com

dos 399 municípios do Estado, sendo assentadas em torno de 80 mil pessoas ou 16 mil famílias, a maioria delas constituída de trabalhadores rurais denominados “boias-frias”. Em Apucarana, o projeto implantou três vilas rurais: Nova Ucrânia, localizada no Contorno Sul (BR 376), Terra Prometida, no distrito de Caixa São Pedro (PR 444) e Manoel Piassa Sobrinho na Vila Operária Stabile (Vila Reis). A Vila Rural Nova Ucrânia foi a primeira em todo o Estado a ser inaugurada pelo governo de Jaime Lerner em 23 de maio de 1995. As outras duas vilas rurais foram inauguradas pelo mesmo governador em 1998. A metodologia empregada nessa pesquisa foi a da análise da bibliografia que trata do tema e também da metodologia da pesquisa em história oral. Na primeira parte deste artigo, ao abordar os mitos construídos pela CMNP acerca da colonização do norte do Paraná, foi analisada tanto a bibliografia que corrobora com a construção desses mitos, como também a bibliografia que contesta ou permite a desconstrução deles. Enquanto que na segunda parte ao abordar o projeto das vilas rurais do governador Jaime Lerner que é um assunto mais recente, voltado para a história do tempo presente, sua análise deu-se por meio da metodologia da pesquisa em história oral. Através de entrevistas com os moradores das vilas rurais de Apucarana foi possível obter deles narrativas que se contrapõem ao discurso oficial de lançamento do projeto pelo referido governador.

Palavras-chave: 1. Colonização; 2. Vilas Rurais; 3. Reforma Agrária.

thousand of family them rural workers called “boias-frias”. In Apucarana, the program implemented three rural villages: Nova Ucrânia, located in the Southern Contour (BR 376), Terra Prometida, in the district of Caixa São Pedro (PR 444) and Manoel Piassa Sobrinho in Vila Operária Stabile (Vila Reis). Rural village Nova Ucrânia was the first in the entire state to be inaugurated by the government of Jaime Lerner on May 23, 1995. The other two rural villages were inaugurated by the same governor in 1998. The methodology used in this research was the analysis of the bibliography that deals with the topic and also of the research methodology in oral history. In the first part of this article, when addressing the myths constructed by the CMNP about the colonization of northern Paraná, both the bibliography that corroborates the construction of these myths was analyzed, as well as the bibliography that contests or allows their deconstruction. While in the second part when addressing the project of rural villages by Governor Jaime Lerner, which is a more recent issue, focused on the history of the present time, his analysis took place through the methodology of research in oral history. Through interviews with the inhabitants of was possible to obtain narratives that oppose the official speech for launching the project by the said governor.

Keywords: Colonization; Rural Villages; Agrarian Reform.

Primeira Parte - A Colonização Do Norte do Paraná e a Origem de Apucarana

A colonização do Norte do Paraná teve início na década de 1930 e terminou em 1960 quando o Estado e as Companhias colonizadoras encerraram o processo de loteamento e venda das terras “devolutas” do Estado. A cidade de Apucarana teve origem no processo de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP que, a partir de 1930, iniciou

a [re]ocupação² de algumas áreas no Norte do Estado, onde chegou a adquirir uma área de 546 mil alqueires de terras. Porém, antes de lotear e vender os lotes rurais, os colonizadores projetaram as áreas urbanas. Entre as cidades projetadas estavam Londrina, Maringá e Cianorte e entre os patrimônios estavam Cambé, Rolândia, Arapongas e Apucarana. Apesar de projetada em 1934 para ser patrimônio, Apucarana cresceu além do planejado pela CTNP, tornando-se município ao desmembrar-se de Londrina em 1944 e, atualmente, conta com uma população estimada de 132 mil habitantes.

Não se pode dizer que o processo de [re]ocupação da região norte-paranaense começou apenas em 1930. Já em 1926, a Companhia Brasileira de Viação e Comércio – Braviaco deu início à colonização da Gleba Pirapó da antiga Colônia Paranavaí, no atual município de Paranavaí.³ Mas o processo de [re]ocupação da terra no Norte do Estado pode ter sido iniciado ainda bem antes. Desde o final do século XIX, alguns fazendeiros dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais já vinham procurando a região para expandir seus negócios em torno da cafeicultura, muitos dos quais, obtiveram do governo paranaense grandes extensões de terras.

Esse foi o caso do major Antônio Barbosa Ferraz Júnior, que adquiriu uma extensa propriedade na fronteira entre São Paulo e Paraná, na qual plantou “milhares de pés de café”. No entanto, não havia meios para escoar a produção até o porto de Santos. Por meio do livro *Meu pai e a ferrovia: uma breve história fotográfica da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná (1924/1944)*, José Carlos Neves Lopes e Newton Braga apontam a iniciativa do major Barbosa Ferraz e de outros fazendeiros em construir uma ferrovia ligando o Estado de São Paulo ao Estado do Paraná⁴.

Porém, a consolidação da ferrovia não seria rápida e os custos de construção eram altos, sobretudo pela necessidade de uma ponte para atravessar o rio Paranapanema. Houve, então, a necessidade de procurar novos investidores. No final de 1923, o governo brasileiro do presidente Arthur Bernardes recebeu a Missão Montagu, de Londres, para renegociar a dívida externa do Brasil com o grupo inglês N. M. Rothchild & Sons. A dívida externa brasileira com o grupo era antiga e no governo de Bernardes (1922-1926) se tornava

2 Estudos mais recentes compreendem esse processo de colonização no século XX, no Norte e Noroeste, assim como no Oeste e Sudoeste do Paraná dirigido pelo Estado e empreendido por companhias colonizadoras particulares, como sendo de “[re]ocupação”, pois quando o Estado e as companhias decidiram a partir da década de 1920 “povoar” essas regiões, elas já eram ocupadas por populações indígenas e caboclas. Mas, para legitimar a posse das mesmas, os colonizadores, donos das companhias, procuraram divulgar em seus documentos ou publicações oficiais a história de uma ocupação pioneira sobre imensas áreas desabitadas, “vazias” ou “devolutas”. Entre esses estudos figuram outros trabalhos de pesquisa em história regional do Paraná deste mesmo autor.

3 ROMPATTO, Maurílio. “História e Memória da Colonização do Noroeste do Paraná: a Colônia Paranavaí”. in: ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, Cássio Augusto (Orgs.). *A Colônia Paranavaí. Da Revolução de 1930 ao Golpe Civil-Militar de 1964*. Curitiba: Editora CRV, 2019, pp. 15-90.

4 LOPES, José Carlos Neves; BRAGA, Newton. *Meu pai e a ferrovia: uma breve história fotográfica da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná (1924/1944)*. Cornélio Procópio: UENP, 2014, p. 14.

impagável. Além disso, a crise do café, seu principal produto de exportação, impedia a economia brasileira de reagir e ajudar o País a honrar seus compromissos externos. Com isso, os ingleses propuseram renegociar a dívida e ao mesmo tempo acenaram com novos investimentos no País, entre os quais investir na produção algodoeira voltada para a exportação e na construção da ferrovia São Paulo-Paraná, a partir de Ourinhos-SP.

Em seu artigo *A colonização empresarial e a repartição da terra agrícola no Paraná moderno* (1993), Elpídio Serra diz que o primeiro passo nesse sentido foi criar em 1925 a Paraná Plantations Ltd, que organizou a Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP – para vender as terras adquiridas e em 1928 comprar o projeto da ferrovia São Paulo-Paraná para o prolongamento da ferrovia, a partir de Ourinhos-SP. Nessa etapa, os ingleses entraram com o capital para o prolongamento da ferrovia e o governo com novas concessões de terras para compensar seus investimentos iniciais. Entre 1925 e 1927, os ingleses se tornaram donos de mais de 515 mil alqueires de terras no Norte do Estado⁵.

Após a aquisição da ferrovia, os ingleses seguiram com o prolongamento da mesma por Cambará, Jataí, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Londrina e Rolândia. De acordo com Lopes e Braga: “a penúltima estação inaugurada foi em Arapongas em 1941 e a última em Apucarana no dia 1.º de novembro de 1942”⁶.

Com a crise aberta pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os ingleses viram a necessidade de vender a ferrovia São Paulo-Paraná e a Companhia de Terras Norte do Paraná. Na época, o governo do Estado Novo, de Vargas, adotava uma política de nacionalização das empresas estrangeiras, que atuavam no Brasil. Por isso, em 1943: “[...] a empresa ferroviária passou ao domínio da União, com todo o seu acervo e direitos, prosseguindo em sua marcha na ligação com Guaíra. Chegou em Maringá em 1954 e somente em 1973 em Cianorte, onde estagnou [...]”⁷.

Enquanto a ferrovia era incorporada pela União, a Companhia de Terras Norte do Paraná S/A era comprada por um grupo de empresários brasileiros apoiados pelo Banco Mercantil de São Paulo. De posse dos brasileiros, a CTNP passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná S/A - CMNP.

Em 1952, o grupo adquiriu outra área de terras de pouco mais de 30 mil alqueires no Noroeste do Estado, cuja colonização deu origem a cidade de Umuarama. Com mais essa

5 SERRA, Elpídio. *A Colonização Empresarial e a Repartição da Terra Agrícola no Paraná Moderno*. Boletim de Geografia. Universidade Estadual de Maringá, 1993, p. 53.

6 LOPES; BRAGA. *Op. Cit.*, p. 15.

7 CORRÊA JUNIOR, J. A. *O Trem de Ferro*. Maringá-PR. Editora 5 de Abril Ltda., 1991, p. 46.

aquisição, a CTNP/CMNP totalizava no Norte/Noroeste do Estado, desde que foi fundada em 1925, uma área de 546 mil alqueires de terras⁸.

O Desenvolvimento de Apucarana

As terras adquiridas pelos sócios ingleses da CTNP, entre 1925 e 1927, assim como as terras compradas pelos sócios brasileiros da sucessora CMNP, em 1952, foram divididas em lotes e conseqüentemente vendidas a migrantes vindos de toda parte do País. Antes, porém, de vender os lotes rurais, os colonizadores projetaram as áreas urbanas. Apucarana foi projetada em 1934. No início de seu planejamento, a CTNP pretendia estabelecer cidades maiores com mais ou menos 20 mil habitantes e distantes 100 km uma da outra, sendo essas alternadas por povoados menores denominados “patrimônios” de até 5 mil habitantes.

Maria do Carmo Carvalho Faria, em seu artigo “*Apucarana: processo de ocupação e colonização*” (2014), diz que as cidades projetadas seriam Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama e os patrimônios “Apucarana, Cambé, Rolândia, Arapongas, Jandaia do Sul, entre outros”. Faria acrescenta ainda que um dos motivos do desenvolvimento de Apucarana foi a atuação de seus moradores, migrantes. Mesmo com a falta de incentivo da CTNP e do município de Londrina, que até então era responsável pela administração do patrimônio, “não desanimaram e persistiram em busca do crescimento do povoado”. Com isso, a cidade cresceu e tornou-se município em 1944 desmembrando-se de Londrina⁹.

Outro fator determinante para o crescimento da cidade de Apucarana foi a construção da ferrovia São Paulo-Paraná. Logo nos primeiros anos de seu funcionamento, entre 1942 e 1954, a ferrovia proporcionou o crescimento e o desenvolvimento de pequenas cidades como Rolândia, Arapongas, Apucarana e outras da região de Maringá. Isso fez com que o desenvolvimento de Apucarana fosse muito além das expectativas da própria CTNP. Além da estrada de ferro, Faria cita outros fatores que contribuíram para o progresso de Apucarana. Segundo a autora: “[...] a implantação de uma infraestrutura de energia, estradas, características fundiárias, fatores que contribuíram decisivamente para a montagem de um complexo de beneficiamento e comercialização de cereais na cidade”¹⁰.

Até 1975, a economia apucaranesa era próspera, porém, a “geada negra”, que ocorreu no mesmo ano, aniquilou com a cafeicultura, sua principal atividade econômica. O declínio da cafeicultura provocou o êxodo rural dos trabalhadores, dobrando o número de

8 SERRA. *Op. Cit.*

9 FARIA, Maria do Carmo Carvalho. “Apucarana – processo de ocupação e colonização”. In: GUILHERME, Cássio A. S. A; ROMPATTO, Maurílio (Orgs.). *Histórias e memórias da ocupação das regiões paranaenses no século XX*. 1.ª ed. Maringá-PR: Massoni, 2014. p. 179-180.

10 FARIA, *Op. Cit.*, p. 186.

habitantes urbanos e o desemprego na cidade. Para aproveitar a mão de obra barata oriunda do campo, parte do capital empregado na cultura cafeeira em crise também migrou para a indústria da cidade. Com isso, já em meados dos anos de 1980, iniciou a instalação de pequenas indústrias de bonés e empresas de vestuário, possibilitando a recuperação econômica de Apucarana, que voltou a crescer como um dos principais municípios do eixo norte paranaense. A cidade conta atualmente com uma população de 134.996 habitantes (IBGE, 2019)¹¹.

Mitos da Colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

Em 1975, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná S/A - CMNP - publicou pela editora Ave Maria, de São Paulo, a obra *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná* para a comemoração de seu cinquentenário¹². Nessa publicação, a Companhia construiu alguns mitos acerca de sua colonização, entre os quais de que seu projeto imobiliário teve por prioridade o loteamento e venda das terras na forma da pequena propriedade representando uma espécie de *reforma agrária* para a região. Segundo um de seus diretores, Hermann Moraes Barros, relatou no livro da Companhia: “[...]. Estava assim iniciada uma nova vida, que foi a vida nova para milhares e milhares de famílias brasileiras. Era a *reforma agrária*, racional e democrática, que trazia prosperidade para o Estado e para o País [...]”¹³.

Contrariando a opinião de que a colonização da CTNP/CMNP visava o pequeno proprietário, Lúcio Tadeu Mota, em seu livro *História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais* (2005), menciona que nem todos os migrantes que foram para o Norte do Estado em busca de emprego e de uma vida melhor eram pessoas em condições de comprar um pedaço de terra, seja ele de 15 ou de apenas 5 alqueires e os que iam com dinheiro não se limitavam a adquirir uma pequena propriedade apenas, pois, “[...] alguns proprietários adquiriam mais de um lote, formando fazendas de até 150 alqueires”¹⁴.

Entre 1925 e 1927, período em que se apossaram das primeiras glebas no Norte do Estado, os ingleses não tinham por meta lotear e vender a terra, mas a de cultivar algodão na forma do latifúndio monocultor. No entanto, o projeto algodoeiro incluía trazer milhares

11 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em https://tnonline.uol.com.br/noticias/apucarana/45,479881,28,08,ibge-aponta-que-apucarana-tem-134_996-habitantes. Acesso em 01 de junho de 2020.

12 Essa obra foi reeditada em 1977.

13 COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo: Editora Ave Maria, 1975, p. 124.

14 MOTA, Lúcio Tadeu. *História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais*. Maringá: EDUEM, 2005, p. 82.

de trabalhadores assírios do Iraque para trabalhar nas lavouras algodoeiras. Porém, a tradicional e preconceituosa elite branca paranaense, instalada na capital Curitiba, se opôs ao projeto, pois não podia permitir a “ocupação” ou a [re]ocupação em massa da região por uma população de cultura tão diferente da sua, ou seja, que não fosse de uma cultura de origem, predominantemente, europeia.

Com isso, os ingleses mudaram seus planos iniciais, em vez do empreendimento algodoeiro na forma do latifúndio monocultor decidiram pelo ramo imobiliário, loteando e vendendo aquelas terras. E, mesmo assim, o projeto inicial era vendê-las em grandes lotes para atender fazendeiros mineiros e paulistas, que queriam expandir seus negócios agropecuários para o Norte do Paraná. O que fez a CTNP/CMNP lotear e vender parte de suas terras na forma da pequena propriedade foi o interesse pelo lucro imobiliário, apesar de a mesma sustentar o discurso de que foi para facilitar a aquisição de suas terras aos colonos de poucos recursos.

No mesmo sentido do discurso da Companhia, Elpídio Serra diz que a Colonizadora vendia a terra a baixo custo, uma vez “que também havia adquirido a extensa área do Estado a baixo preço”¹⁵. Se é verdade que a Companhia adquiriu terras do Estado a baixo preço, não pode ser verdade que as vendeu a preços baixos conforme diz Serra, até porque essa versão entra em contradição com dados apresentados por José Joffily em seu livro *Londres-Londrina* (1985). De acordo com Joffily, a mesma terra que foi comprada do Estado pela Companhia em 1925 “à razão de 20\$000” já era vendida por ela em maio de 1932 pelo preço de 450\$000 o alqueire, como foi o caso do lote nº 72, de 10 alqueires, da gleba Ribeirão Cambé. Em 1935, o mesmo alqueire já era vendido ao preço de 1.250\$000. Este foi o caso do lote nº 55, de 5 alqueires da gleba Londrina¹⁶.

Conclui-se que para a Companhia, quanto maior a divisão da terra, maior era o preço dela por alqueire vendido e, por conseguinte, maior seu lucro também. A preocupação dessa, como de outras companhias, que colonizaram o Norte do Paraná, independentemente do tamanho dos lotes vendidos, foi com o lucro imobiliário da terra loteada e não com a distribuição dela na forma da pequena propriedade ou da “reforma agrária” como muitos afirmam.

Segunda Parte - O Projeto Das Vilas Rurais No Assentamento De Boias-Frias Em Apucarana

Parece que o mito da *reforma agrária* não aparece no discurso apenas da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP, ou da antiga CTNP, empresa que colonizou parte

15 SERRA. *Op. Cit.*, p. 57.

16 JOFFILY, José. *Londres-Londrina*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985, p. 84.

das terras do Norte do Estado, uma vez que no período de seus dois mandatos (1995-1998/1998-2002), o governador Jaime Lerner adotou um discurso semelhante ao implantar o projeto das vilas rurais.

A partir de janeiro de 1995, esse governo, por meio de seu plano de governo *Paraná 12 Meses*, criou o *Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural* no qual incluiu como subprograma o projeto de criação de vilas rurais em todo o Estado. O subprograma ou projeto das vilas rurais consolidou-se em 1997, quando passou a contar com o apoio financeiro do *Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD*, também conhecido por *Banco Mundial*. Além do projeto das vilas rurais o *Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural* incluiu como subprograma, ações do governo voltados para a prevenção à saúde do homem e da mulher no campo, além de outros projetos.

Segundo Souza e Oliveira (2014), para implantar o projeto das vilas rurais, o governo de Jaime Lerner firmou parcerias com as prefeituras municipais, onde as vilas rurais foram instaladas e buscou apoio nos diversos órgãos do estado, tais como Entre os órgãos de estado que apoiaram o projeto estavam a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, da Companhia de Energia Elétrica – COPEL e do Instituto Ambiental do Paraná – IAP.¹⁷

O projeto implantou 412 vilas rurais em 273 dos 399 municípios do Estado, sendo assentadas em torno de 80 mil pessoas ou 16 mil famílias aproximadamente, na grande maioria delas constituídas de trabalhadores rurais boias-frias. Em Apucarana, o projeto implantou três vilas rurais: Nova Ucrânia localizada no Contorno Sul (BR 376), Terra Prometida no distrito de Caixa São Pedro (PR 444) e Manoel Piassa Sobrinho na Vila Operária Stabile, também conhecida por Vila Reis. A primeira com 65 chácaras, a segunda com 38 e a terceira com 35. A Nova Ucrânia foi a primeira vila rural do Estado a ser inaugurada pelo governo em 23 de maio de 1995. As outras duas vilas rurais foram inauguradas em 1998.

Cada família assentada nas vilas rurais pelo projeto recebeu um pequeno lote rural de tamanho médio de 5 mil m², com uma casa de alvenaria, que varia entre 29,93 a 44,52 m² de tamanho. O projeto das vilas rurais incluiu também uma pequena infraestrutura com água encanada, energia elétrica e um barracão comunitário. A seleção das famílias para receberem os lotes ou chácaras da vila rural foi realizada pelos técnicos das secretarias acima

17 SOUZA, Simone Ferreira de; OLIVEIRA, Edi Carlos de. *Projeto Governamental Paranaense, “Vilas Rurais” Esperança e Nova Vida*. ANAIS CEAD & CIESTEC – Ciclo de Estudos em Administração & Ciclo de Estudos Tecnológicos, FAFIJAN, 2014, p. 5.

mencionadas e a partir de critérios pré-estabelecidos, entre os quais de que o chefe ou arrimo de família deveria ter entre 18 e 55 anos de idade, ter filhos, morar há mais de dois anos no município, ter procedência rural, ter renda familiar de um a três salários mínimos e estar pagando aluguel.

O trabalhador rural “contemplado” com chácaras pelo projeto das vilas rurais em todo o estado do Paraná constituiu-se em sua maioria do trabalhador rural “boia-fria”, uma categoria de trabalhador rural, originada ou que resultou de um longo processo de expropriação no campo e que teve início durante a década de 1930 com a colonização, quando camponeses pobres, denominados posseiros, não tendo seus direitos dominiais de posse respeitados pela política de colonização do Estado, perderam suas terras e seus meios de vida para grileiros e companhias colonizadoras. Aqueles que não migraram para áreas devolutas em busca de novas posses, ficaram na região como trabalhadores diaristas ou assalariados no desmatamento e cultivo da terra de propriedade de sitiantes e fazendeiros, que adquiriram as terras de grileiros e colonizadores.

Não obstante isso, o processo posterior à colonização é o de ascensão e queda da cafeicultura, uma atividade econômica, que exigia o uso de farta mão de obra, pois não era mecanizada, atraindo forte fluxo migratório de outras regiões do Brasil e até do exterior para o Paraná nas décadas de 1950 e de 1960 no período de auge da cafeicultura, fazendo dobrar sua população, que era de 2.115.547 para 4.263.721 habitantes. Depois de um período de incidências de geadas, como em 1955, 1963 e, sobretudo com a “geada negra” de 1975, essa atividade econômica, que já vinha em crise, entrou em colapso¹⁸.

Na década de 1970, o Norte do Paraná foi marcado pela substituição da lavoura cafeeira pelas monoculturas da soja, trigo e milho, de forma mecanizada em que se empregava pouquíssima força de trabalho, fazendo aumentar ainda mais o desemprego entre os trabalhadores rurais. E, para piorar a situação, o governo federal, da ditadura civil-militar, a partir de seu “milagre econômico” (1968-1973), financiou a grande lavoura, por meio de empréstimos com juros baixos e subsidiados; com isso, os fazendeiros aproveitaram o financiamento para implementar a mecanização de suas atividades agrícolas, dando origem ao agronegócio no Estado.

Na época, os pequenos proprietários, meeiros e arrendatários da região dotados de poucos recursos, que viviam da cafeicultura aniquilada e ao mesmo tempo sem acesso ao financiamento bancário, não tiveram condições de acompanhar o desenvolvimento do agronegócio e nem de sobreviver da pequena lavoura. Os pequenos agricultores se viram

18 BONINI, Altair. *Industrialização, urbanização e trabalho nas décadas de 1960 e 1970: a construção do Paraná moderno*. In: BATISTA, Roberto Leme (Org.). *Anais do VI Seminário do Trabalho: “Trabalho, Economia e Educação”*. 1. Ed. Marília-SP: Editora Gráfica Massoni, 2008, p. 8.

obrigados a vender suas propriedades aos fazendeiros, aumentando ainda mais a concentração fundiária no Estado. Os arrendatários e os meeiros perderam seus direitos de uso das terras, que já não eram suas.

A maior parte dos expropriados emigraram para grandes centros urbanos do Estado e, principalmente, para fora dele. Cerca de 2.600.000 pessoas deixaram o campo, em torno de 1.200.000 delas deixaram o Estado do Paraná, das quais 667.186 emigraram para o Estado de São Paulo. Foi o maior êxodo rural registrado em todo o Estado¹⁹.

Parte dos emigrados procurou novas regiões de fronteira agrícola no Norte do País em busca de realizar o sonho da propriedade da terra, em Estados como Mato Grosso, Goiás, Pará, Rondônia e Acre. E, aos trabalhadores expropriados que permaneceram no Estado do Paraná, restou o trabalho sazonal, em que eram eventualmente recrutados pelos fazendeiros em algumas ocasiões do ano, entre o plantio e a colheita, para o manejo de plantas daninhas, uma vez que o plantio e a colheita eram mecanizados. Muitos desses trabalhadores - a grande maioria sem-terra e sem-teto - passaram a residir como locatários de moradias precárias, em periferias de cidades do interior, ou até mesmo em favelas, perto das áreas rurais, para as quais eram contratados. O aliciamento dessa mão de obra barata era realizado pelo “gato”, o intermediário que contratava os trabalhadores e oferecia seus serviços ao agricultor. O transporte destes trabalhadores também era de responsabilidade do “gato” que os conduziam às lavouras em caminhões abertos sem nenhuma segurança ou proteção. Essas eram, em linhas gerais, as condições em que vivia o trabalhador rural que de manhã levava consigo a marmita pronta para o local de trabalho e quando dela se servia no horário do almoço, já estava fria. Por isso, essa categoria de trabalhador ficou conhecida pelo nome de “boia-fria”.

No final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, a grande propriedade rural mecanizada, que já empregava pouca força de trabalho, adotou o novo sistema de “plantio direto”. Ao empregar o uso de herbicidas no combate às plantas daninhas, o novo sistema dispensou a maior parte do trabalho de manejo, diminuindo ainda mais o emprego no campo, que já era escasso em virtude do trabalho mecanizado.

Além da modernização, a agricultura brasileira, sobretudo da monocultura da soja, entrou os anos de 1990 em crise, em virtude da concorrência da produção norte-americana do grão, contribuindo ainda mais para aumentar o desemprego e a miséria entre os “boias-frias”. A população “boia-fria” no Estado do Paraná da metade da década de 1990 se constituía de meio milhão de trabalhadores rurais. Nesse sentido, os movimentos sociais,

19 IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Paraná: características demográficas e projeção da população, por microrregião, até 1990. Curitiba, 1983, p. 25.

dentre os quais se destaca o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST*, traziam como reposta a esse longo processo histórico de modernização, expropriação, exploração, crises e precarização do trabalho no campo, o recurso às ocupações de terras do latifúndio improdutivo e o apelo ao governo federal pela reforma agrária.

Para quebrar o ímpeto de mobilização do MST, que ganhava força no Estado e conduzia os trabalhadores rurais com novas ocupações de terras do latifúndio improdutivo, no início de 1995, quando tomou posse em seu primeiro mandato como governador do Paraná, Jaime Lerner, por meio de seu programa de governo *Paraná 12 Meses*, implantou o *Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural*, em que derivam as vilas rurais; um meio, segundo ele, de amenizar a situação crítica vivida pelo “boia-fria”.

De acordo com o governo, o projeto das vilas rurais tinha por finalidade fazer com que as famílias trabalhadoras assentadas em pequenas propriedades nas vilas rurais - de meia hectare - se sentissem estimuladas a desenvolver a agricultura familiar e sanar suas necessidades básicas de moradia e de alimentação. Essa propaganda criou na maioria dos trabalhadores rurais “boias-frias” a expectativa de que suas necessidades básicas seriam sanadas. Além da população “boia-fria”, a propaganda causou uma relativa euforia na população paranaense em geral, tanto que o referido governador foi reeleito em 1998.

A propaganda do governo Jaime Lerner em torno das vilas rurais foi tão intensa à época em que elas foram implantadas, que em 1998, seu projeto foi escolhido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) como um dos 20 melhores projetos brasileiros na área de gestão pública e cidadania. De acordo com a publicação do projeto pelos *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania* (1998): “o objetivo principal do projeto das vilas rurais é o de atender famílias de trabalhadores rurais “boias-frias”, fixando-as em seu próprio meio, garantindo-lhes moradia e terra, para que saiam da condição de miserabilidade em que vivem”²⁰.

Situações vivenciadas por moradores das vilas rurais de Apucarana

A maioria dos trabalhos acadêmicos realizados sobre o projeto das vilas rurais em todo o Estado do Paraná no período de sua implantação, entre 1995 e 2002, se apoiou em fontes oficiais produzidas pela propaganda do governo Jaime Lerner sobre o projeto, reproduzindo seu discurso oficial e enaltecendo o projeto sem apontar para seus problemas ou contradições. Entre estes trabalhos encontra-se a dissertação de mestrado de Luzia Bana, *Vilas Rurais no Processo de Transformação do Espaço Rural no Município de Paranavaí*

20 CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA. 20 experiências de gestão pública e cidadania. 1. Ed. São Paulo: FGV/EAESP, 1esi998, p. 118.

(2001)²¹ em que a autora ao tratar da instalação de duas vilas rurais naquele município utilizou-se de fontes oficiais de órgãos do governo reproduzindo seus dados, bem com seu discurso, em prol do programa, sem problematizá-los à luz de outras fontes.

Entre os órgãos de imprensa ou de informação que prestaram apoio ao projeto das vilas rurais destacam-se o IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Além do IPARDES, o governo de Jaime Lerner ainda instituiu a Revista de Divulgação do Programa Vila Rural com o objetivo exclusivo de divulgar o projeto. Em seu trabalho de dissertação, que é extremamente favorável ao projeto das vilas rurais, Luzia Bana (2001) cita uma publicação dessa revista de novembro de 1996 em que ela publica o discurso de lançamento do programa pelo governador, no qual disse que: “[...]. A Vila Rural poderá ser um exemplo em que assentamentos humanos estarão associados a atividades econômicas, visando assegurar terra, trabalho e bem-estar à comunidade”²².

O discurso de lançamento do projeto das vilas rurais foi proferido pelo governador Jaime Lerner em Apucarana no dia 23 de maio de 1995, por ocasião da inauguração da Vila Rural Nova Ucrania, a primeira de uma série de 412 vilas rurais que seriam implantadas pelo governo em todo o Estado. Ao ouvir os moradores da vila rural Nova Ucrania de Apucarana que estiveram presente na solenidade de inauguração e lançamento foi possível perceber que esse discurso entusiasmado do governador sobre o projeto das vilas rurais não se realizou na prática, mas o mesmo serviu de base ou sustentação teórica à dissertação de Luzia Bana e de outros trabalhos acadêmicos realizados na época. A rigor, todas as fontes utilizadas em seu trabalho de dissertação vêm de fontes oficiais do governo, bem como das secretarias e órgãos de governo que deram suporte ao projeto das vilas rurais. Porém, ao contrário do que se possa imaginar, reside aí a importância da pesquisa de Bana, porque reúne quase todo o acervo documental produzido pelo governo sobre o projeto das vilas rurais naquele período de sua implantação, entre 1995-2002. Por isso, seu trabalho constitui-se numa importante fonte documental para a realização de novas pesquisas e estudos sobre o projeto das vilas rurais. É, aliás, uma referência no assunto.

Não foram poucos os pesquisadores acadêmicos que – como Luzia Bana – entusiasmaram-se com o projeto das vilas rurais do governo de Jaime Lerner no período em que ele foi implantado. Porém, não foram todos é verdade, mas a maioria que escreveu nesse período sobre o assunto, utilizou-se como ela de fontes do governo reproduzindo seu discurso oficial sem ao menos problematiza-lo. De acordo com Sá e Tomanick (1998):

²¹ BANA, Luzia. *Vilas Rurais no Processo de Transformação do Espaço Rural no Município de Paranavaí*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, 2001.

²² Revista de Divulgação do Programa Vila Rural, Curitiba-PR: Grafipar, Nov/96, *Apud*: BANA, Luzia. *Op. Cit.*, p. 08.

“entende-se por oficial os estudos elaborados numa situação em que um grupo ou classe social para exercer o poder formal adota como base factual documentos elaborados por membros da elite dominante ou pelo aparato burocrático estruturado para o exercício do poder”.²³ Deste modo, cabe ao historiador social fazer uma análise crítica, aprofundada, que permite desconstruir o discurso oficial e trazer à tona uma história problema, vista de baixo, a partir de outras fontes e perspectivas. Neste caso, é imprescindível o uso da fonte oral como fonte de pesquisa. Pois, como nos afirma o experiente pesquisador Alessandro Portelli, “a fonte oral dá-nos informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida”²⁴.

Através da metodologia da pesquisa oral ou da entrevista com moradores das vilas rurais de Apucarana foi possível captar uma narrativa diferente, construída de baixo, a partir de suas perspectivas. Na ocasião de nossa pesquisa, em 2017, entrevistamos doze moradores das vilas rurais de Apucarana. No dia 13 de setembro/2017, foram entrevistados Eliane Nadaluti, José Carlos Jesus da Silva, Maria Aparecida Nadaluti e Benedita Maria de Jesus, moradores da Vila Rural Nova Ucrânia. No dia 21 de outubro/2017, foram entrevistados Miguel Pereira de Macedo, Lucimara Aparecida Pereira de Macedo e Maria Benedita de Souza, moradores da Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho. E, finalmente, no dia 25 de novembro/2017, foram entrevistados Rubens Tomás da Silva, Maria das Graças Guimarães da Silva, Antônio Carlos da Silva, Nice Zpazzin da Silva e Luís Gonzaga Lins de Araújo, moradores da Vila Rural Terra Prometida.

O número de pessoas a ser entrevistado poderia ter sido maior se não fosse o pouco tempo disponível para realização da pesquisa. Mesmo assim, os doze depoimentos orais colhidos nos possibilitaram penetrar na intimidade ou no cotidiano dos moradores que desde o início “participaram” do projeto de construção das vilas rurais de Apucarana.

A escolha dos entrevistados teve por critério o fato deles estarem morando nessas vilas rurais desde a época em que elas foram implantadas - no final da década de 1990 - e poderem assim, nos oferecer narrativas que nos ajudassem a compreender até que ponto suas expectativas foram atendidas pelo referido projeto, conforme as promessas do governo a época em que as vilas rurais foram implantadas. Expectativas essas que causaram relativo entusiasmo não apenas aos boias-frias, público alvo do projeto, mas também à população em geral e até mesmo ao público acadêmico, em particular.

23 SÁ, Luiz Carlos Tavares de e TOMANIK, Eduardo Augusto. *Reconstrução histórica da [re]ocupação do Noroeste do Estado do Paraná: Versões oficiais e situações vivenciadas*. Maringá: UEM, 1998, p. 02.

24 PORTELLI, Alessandro. *Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade*. PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programas de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP - Brasil, 14ª edição, 1997, p. 27.

Escolhemos iniciar esse embate a partir do depoimento oral de Benedita Maria de Jesus, moradora da Vila Rural Nova Ukrânia, uma vez que sua história oral de vida guarda uma relativa semelhança com a trajetória de vida dos demais trabalhadores rurais “boias-frias” que no município de Apucarana foram contemplados pelo projeto das vilas rurais. Sua narrativa, apresenta uma história de vida cheia de representações e de significados e que, por isso, merece nosso destaque. Então vejamos.

A trabalhadora rural aposentada, Benedita Maria de Jesus, é oriunda do Estado de Pernambuco, migrou para o Norte do Paraná em 1952, aos sete anos de idade, com sua numerosa família constituída pelos pais e mais 19 irmãos. Segundo ela, vieram todos em um caminhão pau-de-arara na tentativa de encontrar trabalho e melhorar suas condições de vida na região que ainda estava em processo de colonização e oferecia oportunidades de trabalho. Sua trajetória de vida condiz com a realidade de milhares de outros migrantes, sobretudo nordestinos que fugiam da seca.

Na época, as terras do Norte do Paraná que já estavam em posse das colonizadoras, não podiam mais ser simplesmente ocupadas, tinham que ser compradas e a família de Benedita Maria, assim como a maioria dos migrantes, não tinham condições financeiras para comprar um pedaço de terra, por menor que ele fosse. Assim, sua família empregou-se no trabalho de desmatamento e de formação da lavoura cafeeira na abertura de uma fazenda no município de Grandes Rios. A entrevistada disse também que, depois de algum tempo, os pais e alguns dos irmãos retornaram para Pernambuco e ela, já casada, com marido e filhos, continuaram como empregados da fazenda até o ano de 1975, quando ocorreu a “geada negra”, que aniquilou a lavoura cafeeira.

Depois, com o processo de erradicação dos cafezais e a mecanização do campo, a casa da fazenda em que morava foi removida e ela, juntamente com a família, tiveram que se mudar para a cidade de Apucarana, onde continuaram a trabalhar como “boias-frias” para sítiantes e para fazendeiros da região. Sem condições de pagar aluguel pela baixa remuneração do trabalho de “boia-fria”, Benedita Maria e os dois filhos menores foram morar na residência de uma nora no núcleo habitacional João Paulo I. Quando, em 1995, surgiu o assentamento da Vila Rural Nova Ukrânia, ela, os dois filhos e outras pessoas – que ao todo compunham 65 famílias – encontraram na vila rural um novo lugar para morar.

Ao ser perguntada sobre como foi a construção da casa na vila rural, Benedita Maria falou que foi tudo muito precário, o material financiado pela Cohapar foi suficiente apenas para construir as paredes de fora da casa, sem as divisórias: “só tinha o banheiro repartido”. E, com gestos, ela disse: “o resto era tudo assim, aberto”. A costureira Maria das Graças Guimarães da Silva, moradora da Vila Rural Terra Prometida, afirmou que o projeto das

vilas rurais incluía casas de 44,52 m² com três quartos, sala, cozinha e com revestimento de piso e de azulejo apenas na parede do banheiro: “mas quando entregaram a casa era assim, sem divisórias e no chão bruto, sem piso e nem azulejo”. Seu esposo, Rubens Tomas da Silva, falou que o material de construção entregue “foi tudo de quinta categoria, quando chovia molhava tudo dentro de casa, tinha vazamento de banheiro, porque o encanamento era de péssima qualidade”. Maria das Graças disse ainda que a Cohapar não mandou “tinta para pintar a casa. Quando nós mudamos aqui não tinha nem torneira. Comprei tinta, comprei torneira, comprei chuveiro elétrico...”.

Enfim, o governo financiou o terreno e o material de construção e o vileiro teve que entrar com o material de acabamento e com a mão de obra para terminar a casa, uma vez que o projeto não a entregou pronta. De acordo com Benedita Maria de Jesus, moradora da Vila Rural Nova Ukrânia: “eu com meus dois filhos, nós vínhamos de lá do conjunto ‘João Paulo’ até aqui a pé, trabalhava até as seis horas da tarde, depois íamos embora”. Disse a moradora que até fome passou com os dois filhos menores, por não terem emprego ou renda e ainda terem que trabalhar o dia todo na construção da casa. “Por isso que eu falo, nós fomos abandonados, nós fomos jogados aqui, nossos filhos passaram fome, nossos filhos sofreram aqui, até crescerem e conseguir emprego”, concluiu Benedita Maria.

Nice Zpazzin da Silva moradora da Vila Rural Terra Prometida disse que no começo foi bem difícil, pois trabalhava como diarista em Apucarana e de lá ia de carona em um caminhão da prefeitura para trabalhar na construção da casa. Das três vilas rurais do município a Vila Rural Terra Prometida é mais distante de Apucarana, localizada na rodovia estadual PR 444, a 35 km da cidade. Nesse sentido, a moradora disse que além de ter que percorrer toda essa distância, teve que ajudar na construção da casa: “Foi bem sofrido hein? Vim de lá aqui trabalhar, bem sofrido”. E concluiu dizendo que se mudou com a família antes mesmo de terminar a casa: “não tinha água, não tinha uma árvore plantada, era um deserto”? A trabalhadora rural Eliane Nadaluti, moradora da Vila Rural Nova Ukrânia, disse: “no começo, quando entramos aqui, era só a terra. E nos disseram isso: - ‘Óh vocês vão plantar isso, vão fazer aquilo. Abandonaram a gente e até hoje”.

Em relação ao apoio dado pelo governo, por meio da Emater para cultivar as chácaras, alguns vileiros disseram que o órgão enviou sementes, mas parte delas não chegou até eles, foram desviadas. Miguel Pereira de Macedo, morador da Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, disse que as mudas de café fornecidas pelo órgão chegaram mais caras aos vileiros do que aos sitiantes vizinhos, que mesmo não fazendo parte do projeto adquiriam mudas a preço bem mais em conta. Rubens Tomás da Silva, morador da Vila Rural Terra Prometida, disse “a Emater enviou semente de milho, muita gente plantou, mas não deu espiga”. E concluiu

que se fosse depender do órgão para tirar o sustento da terra, “nós estaríamos vivendo de cesta básica até hoje”.

Os moradores da Vila Rural Nova Ukrânia também falaram de um subsídio que o vileiro havia de receber do governo para melhoria da propriedade e disseram também que chegaram até a assinar um recibo, mas que até hoje não viram “a cor desse dinheiro”. De acordo com os moradores da Vila Rural Terra Prometida, o subsídio seria na ordem de mil reais por família e seria proveniente de um seguro, que eles pagam junto com a prestação mensal do imóvel. Miguel, morador da Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, se lembrou de ter recebido uma ajuda de custo de mil reais em madeira para construir uma pequena tulha. Ele acredita que pode ter sido este o recurso de mil reais prometido. Maria Benedita de Souza, outra moradora da Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, se lembrou de ter recebido apenas alguns utensílios domésticos no dia da inauguração da vila rural e de mais nada!

Porém, a falta de assistência prometida pelo governo, quando da implantação do projeto, fez com que muitos vendessem seus direitos sobre as chácaras e deixassem as vilas rurais. Nesse sentido, a trabalhadora rural Maria Aparecida Nadaluti, moradora da Vila Rural Nova Ukrânia, disse “com isso, são muitos os moradores que não estão aqui desde o começo, porque compraram direitos de outros e vieram depois”.

Antes de se mudar para a Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, Miguel Pereira de Macedo foi trabalhador rural “boia-fria” e disse que “chapeava” terras para sitiantes e fazendeiros da região com arado de tração animal. “Aí veio o sistema de plantio direto com uso de herbicida e acabou tudo”, disse ele. Sem o emprego da agricultura, o morador foi trabalhar na coleta de lixo na cidade de Apucarana, função em que se aposentou. Sua esposa, a professora Lucimara Aparecida Pereira de Macedo, disse que faltou ao governo critério na escolha de quem havia de receber o lote rural, parte dos vileiros morava na cidade e não tinha nenhuma identificação com o trabalho do campo.

A falta de assistência do governo aliada à inexperiência do trabalho no campo, fez com que muitos deles desistissem do projeto. Porém, os moradores que já tinham experiências com agricultura, resistiram às adversidades e se adaptaram ao lugar, estes disseram não deixarem a terra por nada. Esse é o caso de Miguel, o qual disse que a chacara “é pequena, mas é minha e só saio daqui morto”.

Uma pergunta que permeou todas as entrevistas da pesquisa foi por que a maioria dos moradores das vilas rurais não cultiva a terra para comercializar a produção? Maria Benedita de Souza, moradora da Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, disse que “não dá para cultivar porque a chacara é pequena demais”. Já Lucimara disse “não só porque é pequena,

mas porque falta apoio do governo e também as vilas rurais não possuem uma cooperativa para comercializar a produção”.

Os moradores da Vila Rural Terra Prometida comentam que, no dia 17 de outubro de 2008, a prefeitura de Apucarana, por meio da Lei Municipal 191/08, destinou uma área da vila rural de 5.300 m² para instalar creche, posto de saúde e que até um barracão iria ser construído para acomodar as atividades dos vileiros, que seria para eles a sede da cooperativa, mas até hoje não foi viabilizado nada nesse sentido. Por outro lado, Nice Zpazzin da Silva ameniza disse que nem tudo é culpa apenas das autoridades, porque também “falta união entre os moradores para organizar uma cooperativa”.

A professora Lucimara, moradora da Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, disse que há alguns anos atrás a prefeitura comprava o excedente das vilas rurais para compor a merenda escolar de creches e escolas do município, porém não é comprado mais, desestimulando a produção de excedentes. Com isso, são poucos os vileiros que cultivam a terra, parte deles cultiva apenas uma horta para subsistência, no entanto também há aquele que, como disse a moradora, “não planta nem um pé de alface”. Devido às dificuldades, não é raro o vileiro que busca pela renda familiar fora da vila rural. Esse é o caso de Luís Gonzaga Lins de Araújo, morador da Vila Rural Terra Prometida, que trabalha como peão boiadeiro para um pecuarista da região. Como o próprio admitiu: “a chácara é apenas um lugar para morar”.

Outro problema apresentado pelos moradores diz respeito ao abastecimento de água. Apenas a Vila Rural Terra Prometida é abastecida por poço artesiano comunitário, que fornece água potável para o consumo dos moradores e ainda possui um sistema de captação de água de um córrego próximo, servindo para a irrigação das plantações. As outras duas vilas são abastecidas pela Sanepar. De acordo com a professora Lucimara, moradora da Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho: “no começo foi feito um poço artesiano para nosso uso, mas depois os moradores assinaram um documento e quem tomou conta foi a Sanepar. E, desde então, ficamos sendo clientes da Sanepar [...]”. De acordo com Miguel, irrigar as plantações a partir de água fornecida pela Sanepar torna alto o custo de produção e a solução encontrada por ele foi reunir outros moradores da Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, em que mora, para captar recursos e comprar uma bomba para irrigar suas hortas a partir de uma nascente próxima. E, mesmo assim, o fornecimento de água era insuficiente, “precisaria de mais recursos para ampliar o sistema de irrigação”, disse o morador.

Além do problema com o abastecimento de água, os moradores reclamam da falta de transporte para escoar a produção, uma vez que as vilas rurais ficam distantes da área urbana da cidade de Apucarana onde ocorre a feira do produtor. A referida feira ocorre em

três dias da semana: às quartas-feiras, aos sábados e aos domingos. Os moradores da Vila Rural Terra Prometida, a mais afastada da cidade, afirmam que no começo contavam com um caminhão da prefeitura para o transporte dos produtos, mas que esse transporte não se faz mais, dificultando a venda da produção. Com isso, apenas um de seus moradores consegue expor seus produtos nos três dias de feira, porque possui caminhão próprio para isso. Nice, que cultiva produtos orgânicos como tomate-cereja, almeirão e serralha, disse que apesar da falta de transporte adequado consegue levá-los ao menos uma vez por semana, normalmente aos sábados. Também disse que se houvesse transporte regularmente, como era no início, levaria os produtos mais vezes e isso até incentivaria outros moradores a fazerem o mesmo. Seu esposo Antônio Carlos - o vulgo “Carlão (funcionário de um curtume) – disse que apesar das dificuldades “quase tudo o que colhemos aqui, vendemos em Apucarana”.

A precariedade também chega ao transporte coletivo, à exemplo do que acontece com a Vila Rural Terra Prometida, a mais distante da cidade, para a qual há apenas uma linha de ônibus pela rodovia PR 444 e que faz o itinerário Apucarana-Mandaguari, passa pela localidade apenas duas vezes ao dia. Maria das Graças disse que já melhorou muito, porque no começo “o ônibus passava apenas três vezes na semana”. Rubens, seu esposo, concordou que na época era pior porque ninguém tinha carro, “mas hoje a maioria tem carro ou moto”. Devido à precariedade do transporte coletivo: “ninguém quer esperar ônibus mais”, concluiu.

O mesmo acontece em relação ao transporte escolar. Como as vilas rurais não possuem escolas, os jovens moradores são obrigados a se deslocarem às escolas de bairros distantes de Apucarana, por meio do transporte escolar que, apesar de regular, as distâncias tornam as viagens cansativas e contribuem para a evasão escolar. As drogas também acabam chegando aos jovens moradores das vilas rurais: “hoje em dia isso está por tudo”, exclamou Rubens. O uso de drogas também gera insegurança. Porém, Miguel ameniza dizendo que a Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, em que mora, é tranquila, “não digo assim de poder dormir com a porta aberta” – continuou ele – “até porque ocorrências existem, como furtos de pequenos objetos que são trocados por drogas”.

Além do problema com o transporte, outro problema relaciona-se ao atendimento à saúde. As vilas rurais não possuem postos de saúde e quando adoecem, os moradores são obrigados a procurarem por atendimento médico nas Unidades Básicas de Saúde – UBS – de bairros de Apucarana, aos quais estão credenciados. Os moradores da Vila Rural Manoel Piassa Sobrinho, por exemplo, são atendidos pela UBS da Vila Operária Stabile (Vila Reis). Enquanto os moradores da Vila Rural Terra Prometida, a mais distante de Apucarana, são

atendidos pela UBS do distrito Caixa São Pedro, que também fica longe da vila rural. Somente a Vila Rural Nova Ukrânia, a mais próxima da cidade, possui um “posto de atendimento” e, mesmo assim, como “base de apoio” à UBS do núcleo habitacional Parigot de Souza, o bairro mais próximo. Nesta “base de apoio” o médico atende apenas uma vez a cada quinze dias.

Porém, a “posto/base de apoio” da Vila Rural Nova Ukrânia conta com duas agentes de saúde que prestam serviços diários e básicos aos moradores da vila rural e de arredores. Serviços como fornecimento de medicamentos contínuos, encaminhamentos para consultas especializadas, curativos, injeções, entrega de exames etc. Apesar disso, a demora no atendimento médico, que acontece apenas a cada 15 dias, por meio de agendamento, gera sempre algum tipo de insatisfação entre os moradores, pois, segundo eles: “a doença não agenda”. Por isso, já são muitos os moradores dessa vila rural que preferem não esperar mais por esse atendimento. Quando precisam, buscam por médicos que atendem na Unidade de Pronto Atendimento – UPA - da cidade.

José Carlos Jesus da Silva, morador da Vila Rural Nova Ukrânia, disse que apesar de todos esses problemas, o projeto das vilas rurais foi muito bom, porque, segundo ele, levando em conta o valor atual das propriedades rurais dos arredores de Apucarana, “se não fosse o financiamento da Cohapar, em que o morador paga suaves prestações mensais de apenas de R\$ 40,00 reais por 25 anos – como é o financiamento da chácara pela Cohapar – nenhum dos moradores teria condições de ter a propriedade”. A Vila Rural Nova Ukrânia, onde José Carlos reside, é a mais valorizada de Apucarana, por estar próxima da cidade, localizada no Contorno Sul, perímetro urbano do município.

Levado pela especulação imobiliária que nos últimos anos aumentou o valor da terra em área de expansão urbana da cidade, o vileiro José Carlos Jesus da Silva se esqueceu de mencionar que os atuais valores das chácaras não se compõem apenas de sua localização, pois, agrega também o valor das benfeitorias realizadas em mais de vinte anos de trabalho, por moradores como ele mesmo. Sem mencionar de que o pagamento de R\$ 40,00 reais mensais, por mais que lhe pareça irrisório, atualmente, “no começo de tudo”, como disse Benedita Maria de Jesus, foi difícil arcar “sem emprego e passando fome”.

Conclusões

Com a publicação do livro “Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná” (1975/77) a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a antiga CTNP, criou alguns mitos acerca de sua colonização, entre os quais de que seu projeto imobiliário, ao priorizar o loteamento e venda das terras na forma da pequena propriedade, acabou realizando uma

“reforma agrária” na região Norte do Paraná; quando sabe-se que a verdadeira preocupação dessa, como de outras companhias que colonizaram a região, independentemente do tamanho dos lotes vendidos, foi com o lucro imobiliário da terra loteada.

Porém, parece que o mito da *reforma agrária* não foi discurso construído apenas pela CTNP/CMNP, quando colonizou parte (ou 20%) das terras do Norte do Estado, uma vez que no período em que foi governador do Paraná por dois mandatos (1995-1998/1998-2002), Jaime Lerner também adotou um discurso semelhante ao implantar o projeto das vilas rurais.

Assim, ao iniciar seu governo em janeiro de 1995, Jaime Lerner fez uma enorme propaganda das vilas rurais, afirmando que o projeto tinha por finalidade distribuir a terra na forma da “pequena” propriedade e fazer com que as famílias trabalhadoras assentadas em meio hectare de terra se sentissem estimuladas a desenvolver a agricultura familiar e sanar suas necessidades básicas de moradia e de alimentação. Essa propaganda criou, na maioria dos trabalhadores rurais “boias-frias”, a expectativa de que suas necessidades básicas seriam sanadas.

Através das entrevistas realizadas com os moradores das vilas rurais de Apucarana, pôde-se observar que a maioria deles discordara da propaganda do governo. Segundo os moradores entrevistados, o projeto não atendeu nem parcialmente as expectativas criadas, uma vez que eles não receberam do governo todo o incentivo prometido para cultivar a terra e de que as chácaras de apenas meio hectare cada, nas quais foram assentados, são pequenas demais para produzir excedente ou até mesmo para produzir a subsistência. Neste sentido, cumprem apenas a função de moradia, uma vez que a maioria dos vileiros é obrigada a garantir a renda familiar fora das vilas rurais ou empregando-se no comércio, no serviço público e na agroindústria de cidades próximas, prestando serviços para sitiantes e fazendeiros vizinhos, ainda na condição de “boia-fria”.

Aliás, o verdadeiro objetivo do governo com a implantação do projeto das vilas rurais foi justamente este, assentar o “boia-fria” em pequenas chácaras para evitar seu êxodo rural. Com isso, as vilas rurais tornaram-se centros catalizadores e ao mesmo tempo fornecedores de mão de obra barata e temporária para o agronegócio da região em que elas foram implantadas. Sem falar de que também houve por parte do governo, ao implantar as vilas rurais, a intenção de desestimular os movimentos sociais no campo, sobretudo do MST, que na época de sua implantação crescia com novas ocupações de terras do latifúndio improdutivo no Estado. Não podemos esquecer de que a população boia-fria era constituída de meio milhão de trabalhadores rurais sem-terra na época em que o projeto das vilas rurais foi instituído pelo governo.

Por outro lado, os moradores das vilas rurais concordaram que, apesar de seus problemas ou contradições, o projeto foi bom porque possibilitou ao vileiro moradia financiada pela Cohapar, em que o mesmo pode realizar “o sonho da casa própria”, pois, do contrário, “ninguém teria condições de sair do aluguel”. Porém, a maioria dos entrevistados alega que, com a “falta de assistência à agricultura familiar” para cultivar as chácaras, o projeto das vilas rurais não foi além do projeto da casa própria, sendo igual a qualquer outro projeto habitacional da Cohapar. Com isso, pode-se concluir que o governo Jaime Lerner não realizou a tão esperada “reforma agrária”, por meio do projeto das vilas rurais, e tão pouco uma reforma urbana, uma vez que as vilas rurais ficam distantes das cidades ou das áreas urbanas dos municípios em que elas foram implantadas.

Recebido em 03 de dezembro de 2019

Aceito em 30 de maio de 2020